

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE: LEITURAS E DINÂMICAS DO CAMPO DA PESQUISA NO BRASIL

HISTORY OF EDUCATION AND INTERSECTIONALITY: READINGS AND DYNAMICS OF THE RESEARCH FIELD IN BRASIL

HISTORIA DE LA EDUCACIÓN E INTERSECCIONALIDAD: LECTURAS Y DINÁMICAS DEL CAMPO DE INVESTIGACIÓN EN BRASIL

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti¹, <https://orcid.org/0000-0003-3513-3316>

Alexandra Lima da Silva², <https://orcid.org/0000-0002-0310-7896>

Blanca Susana Vega Martínez³, <https://orcid.org/0000-0002-5298-9442>

Resumo:

É possível pensar a História da Educação em perspectiva interseccional? A partir dessa indagação, este artigo procura analisar desafios e possibilidades de uma perspectiva interseccional nas pesquisas em História da Educação. Por meio de um mapeamento de teses e dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, analisa as que se inscrevem na vertente da interseccionalidade, especialmente aquelas relacionadas à História da Educação. Busca compreender os pertencimentos institucionais e regionais dos trabalhos, as linhas de pesquisa e programas de pós-graduação em que se desenvolveram, assim como suas fundamentações conceituais e epistemológicas, temáticas recorrentes, temporalidades e metodologias adotadas. O resultado é um horizonte de expectativas, pois a interseccionalidade apresenta potencial de ampliação das pesquisas em História da Educação, tanto em escala temporal, ao incluir períodos como o século XIX e anteriores, quanto espacial, ao incorporar regiões ainda pouco exploradas, como o Norte do Brasil e outros sujeitos historicamente marginalizados.

Palavras-chave: História da Educação; interseccionalidade; pesquisa; epistemologias; teóricas negras.

Abstract:

Is it possible to approach the history of education from an intersectional perspective? This paper examines challenges and possibilities of applying an intersectional lens within research in the history of education. Based on a mapping of theses and dissertations listed in the CAPES catalog (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel), the text analyzes the works that fall within an intersectional framework, especially those related to the history of education. It seeks to understand the institutional and regional contexts of the works, research lines and postgraduate programs in which they were developed, as well as their conceptual and epistemological foundations, recurring themes, temporalities and methodologies adopted. As a

¹ Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina, Piauí, Brasil; ednardo@ufpi.edu.br

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; alexandralima1075@gmail.com

³ Universidad Autónoma de San Luis Potosí, San Luis Potosí, México; susana.vega@uaslp.mx

horizon of expectations, intersectionality presents potential for expanding research in the History of Education, both in temporal scale, by including periods such as the nineteenth century and earlier ones, and in spatial scope, by incorporating underexplored regions, such as Northern Brazil and historically marginalized subjects.

Keywords: History of Education; intersectionality; research; epistemologies; black theorists.

Resumen:

¿Es posible abordar la historia de la educación desde una perspectiva interseccional? Partiendo de esta pregunta, este artículo busca analizar los desafíos y las posibilidades de una perspectiva interseccional en la investigación en la Historia de la Educación. Mediante un mapeo de tesis y disertaciones en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior - CAPES, analiza aquellas que se enmarcan en la perspectiva de la interseccionalidad, especialmente las relacionadas con la Historia de la Educación. El objetivo es comprender las afiliaciones institucionales y regionales de las obras, las líneas de investigación y los programas de posgrado en los que se desarrollaron, así como sus fundamentos conceptuales y epistemológicos, los temas recurrentes, las temporalidades y las metodologías adoptadas. El resultado es un horizonte de expectativas, ya que la interseccionalidad presenta el potencial de ampliar la investigación en la Historia de la Educación, tanto en términos de escala temporal — al incluir períodos como el siglo XIX y anteriores— como de escala espacial, al incorporar regiones que aún están poco exploradas, como el norte de Brasil, y otros temas históricamente marginados.

Palabras-clave: Historia de la Educación; interseccionalidad; investigación; epistemologías; teóricas negras.

Introdução

Compreender a produção científica sobre interseccionalidade no campo da História da Educação no Brasil, a partir da análise de teses, dissertações e grupos de pesquisa cadastrados, é o nosso horizonte principal neste artigo. Abordamos os pertencimentos institucionais e regionais, fundamentos conceituais, temáticas, metodologias, desafios e possibilidades teóricas para a consolidação dessa perspectiva.

Nosso levantamento de dados, nesta pesquisa, ocorreu sobretudo em duas bases de dados acadêmicas de referência do Brasil. A primeira foi o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em que localizamos 16 estudos no total (3 teses e 13 dissertações), sendo o mais antigo datado de 2019 e o mais recente de 2024, último ano de coleta consolidada no sistema. A pesquisa foi realizada a partir da busca com dois descritores: o primeiro, “História da Educação”, e o segundo, “Interseccionalidade”. Ambos os termos foram inseridos na mesma busca, mas entre aspas, o que significa que a pesquisa foi realizada de modo a filtrar produções acadêmicas que contivessem

simultaneamente os dois termos exatos, e não apenas um deles isoladamente. Assim, buscou-se que os trabalhos filtrados estivessem mais diretamente relacionados ao conceito de interseccionalidade no campo da História da Educação.

Com base nesse levantamento, construímos um primeiro quadro para visualizar, de maneira sistemática, as seguintes informações: ano da defesa; tipo (tese ou dissertação) e título; nome do programa de pós-graduação; linha de pesquisa; nome da instituição de ensino superior e tipo de manutenção (pública ou privada); estado e região do Brasil; nome do(a) autor(a) e orientador(a); e área do conhecimento.

A partir das informações obtidas, localizadas e filtradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, elaboramos um segundo quadro, no qual organizamos os seguintes metadados: título da dissertação ou tese defendida, palavras-chave e resumo. Esses metadados foram espelhados dos arquivos em PDF disponíveis nesse repositório, com exceção de um texto que não estava disponível. Sendo assim, buscamos pelo nome completo da autora no Google, o que nos levou até seu endereço de *e-mail*. Fizemos contato com a pesquisadora, que gentilmente nos enviou uma versão digital da tese em resposta à mensagem eletrônica.

Realizamos o mesmo procedimento de busca e filtragem no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dessa vez sem sucesso em localizar coletivos de pesquisadores denominados especificamente com os termos “História da Educação” e “Interseccionalidade” entre aspas. Diante disso, optamos por utilizar apenas o segundo. Assim, o resultado apresentou 69 grupos, sendo o mais antigo criado em 2011 e o mais recente em 2025. A partir dessas informações, formulamos um terceiro quadro com os seguintes dados: ano de criação; nome do grupo de pesquisa; instituição; área de conhecimento; estado e região do Brasil.

Os quadros aqui apresentados, assim como outros elaborados a partir do entrecruzamento dos dados e informações coletadas, sistematizam as reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo, o qual está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais: na primeira, são apresentadas análises sobre as raízes da perspectiva interseccional; na segunda, discutem-se as instituições, os estados e as regiões, bem como a distribuição cronológica por ano e o registro de grupos de pesquisa por área no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq; na terceira, indicam-se as temáticas, seu potencial de ampliação, as temporalidades e as metodologias presentes nessas produções acadêmicas. Ao final,

compartilhamos nossa compreensão de que a interseccionalidade pode contribuir para o alargamento dos modos de pensar os objetos no campo da História da Educação.

Interseccionalidade: uma análise das raízes da perspectiva interseccional

O termo *interseccionalidade* não nasceu pronto. Ele é fruto de um processo de amadurecimento e de contribuições de muitas intelectuais negras de diferentes áreas de atuação e pertencimentos. Atribui-se a definição do termo à jurista e feminista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw, que o apresentou no importante artigo *Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*, publicado originalmente no periódico *The University of Chicago Legal Forum* no ano de 1989.

Certamente o trânsito de acadêmicas brasileiras fluentes na língua inglesa contribuiu para que o termo circulasse e penetrasse, ainda na década de 1990, em teses e grupos de pesquisa e nos movimentos sociais, sobretudo nos coletivos de mulheres negras. Nesse sentido, a tradução para a língua portuguesa de textos de teóricas negras contribuiu de maneira significativa para a popularização e consolidação desse debate nas diferentes áreas do conhecimento.

Para Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177),

[...] interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Contudo, é preciso pensar para além de um conceito. A interseccionalidade é uma perspectiva de análise que não nasceu pronta. Para não praticarmos injustiça epistêmica (Fricker, 2023), é preciso reconhecer o movimento e a inquietação de inúmeras intelectuais negras que sinalizaram a necessidade de pensar para além de marcadores estanques e isolados de raça, gênero e classe.

Nos idos de 1981, Angela Davis publicou o livro *Women, Race and Class*, editado tardiamente no Brasil, apenas em 2016. Ainda que ela não empregasse o termo *interseccionalidade*, a perspectiva de pensar para além da classe ou do gênero já estava lá. A própria Crenshaw (2002) fundamenta-se na obra de Angela Davis para defender que a experiência interseccional das mulheres negras é historicamente definida pela obrigação de trabalhar. Para Davis (2016), mulheres como Sojourner Truth⁴ sofriam tripla opressão, pois “toda desigualdade e limitação impostas à mulher branca estadunidense são agravadas mil vezes entre as mulheres negras, triplamente exploradas — como negras, como trabalhadoras e como mulheres” (Davis, 2016, p. 169).

Outra teórica fundamental para pensar uma perspectiva interseccional é Lélia Gonzalez, para quem racismo e sexismo estavam intimamente imbricados em uma sociedade capitalista e historicamente desigual. Em suas palavras:

[...] o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós, o racismo se constitui como a *sintomática* que caracteriza a *neurose cultural brasileira*. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (Gonzalez, 2020, p. 76).

Antes de o termo *interseccionalidade* ser proposto por Kimberlé Crenshaw, mulheres negras ousaram erguer a voz para questionar as clivagens nas opressões de gênero, raça e classe, como Sojourner Truth, que ainda no século XIX, questionou: “Eu não sou uma mulher?” (Truth, 2020). Tal pensamento insurgente foi acompanhado por outras mulheres negras, muitas delas libertas da escravidão, como Anna Julia Cooper e Ida B. Wells (Silva, A., 2022).

Compreendemos que, para além de um conceito, devemos reconhecer as raízes afro-diaspóricas do pensamento interseccional na agência das mulheres negras como expressão de subjetividade e como resistência, pois conforme os ensinamentos de Luiza Bairros (1995), *vêm de longe*, os passos das mulheres negras.

⁴ Sojourner Truth (1797-1883), nascida Isabella Baumfree em 1797 em Nova York, sofreu o trauma de ser vendida várias vezes e separada de sua família. Em 1826, fugiu da escravidão com sua filha pequena e encontrou refúgio com uma família abolicionista próxima, marcando o início de sua jornada rumo ao ativismo (Truth, 2020).

Um raio-X da produção acadêmica e dos grupos de pesquisa

No levantamento que realizamos no Banco de Teses e Dissertações da CAPES em outubro de 2025, mapeamos 16 trabalhos que conectam “História da Educação” e “Interseccionalidade”, sendo 3 teses de doutorado e 13 dissertações de mestrado. Destes trabalhos, 9 foram realizados em programas de Educação (8 acadêmicos e 1 profissional), 4 de História (3 profissionais e 1 acadêmico) e 3 em interdisciplinares, 1 em Direitos Humanos e Políticas Públicas, 1 em Políticas Públicas e Desenvolvimento e 1 em Estudos Étnicos e Africanos, em diferentes instituições de ensino superior (IES), conforme a Tabela 1, abaixo.

Tabela 1 – Distribuição regional das teses e dissertações sobre história da educação e interseccionalidade

REGIÃO	NÚMERO DE TRABALHOS	PERCENTUAL (%)	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) E SIGLA
Sul	6	37,5%	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)
Sudeste	4	25,0%	Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Centro-Oeste	3	18,7%	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Nordeste	3	18,7%	Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Tiradentes (UNIT – SE); Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Norte	0	0,0%	—

Fonte: elaborada pelo autor e autoras a partir de dados coletados da Plataforma Sucupira/CAPES (Brasil, 2025c).

Entende-se que a participação expressiva da região Sul corrobora uma tendência identificada em estudos anteriores (Fernandes; Fernandes; Paiva, 2023; Peres; Bastos, 2001): o fortalecimento do Sul como centro de produção acadêmica focado na História da Educação. Essa preponderância pode estar relacionada à atividade da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), iniciada em 11 de dezembro de 1995, em São Leopoldo (RS), e oficialmente fundada em 1996.

O primeiro número da *Revista História da Educação (RHE)*, da ASPHE, com data de janeiro de 1997, é anterior ao início da *Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)*, da Sociedade Brasileira de História da Educação, publicada quatro anos depois, em janeiro de 2001. Esse pioneirismo sinaliza o protagonismo das universidades da região Sul no campo da História da Educação no Brasil (Fernandes; Fernandes; Paiva, 2023).

Essa ênfase associativa e editorial das universidades na História da Educação permanece notória na região, mesmo não liderando o *ranking* quantitativo dos programas de pós-graduação (PPGs) na área de produção das pesquisas localizadas. Conforme dados da GeoCAPES (Brasil, 2025b), no Sul do Brasil, há 49 programas em Educação, 18 em História e 90 interdisciplinares. Já o Sudeste, embora reúna o maior número de PPGs do país, com 70 em Educação, 27 em História e 156 interdisciplinares, aparece como a segunda região em produção sobre interseccionalidade na História da Educação.

Em contraste, a região Norte conta com uma quantidade menor de programas (19 na área de Educação, 6 em História e 47 interdisciplinares) e não há registros de pesquisas defendidas em PPGs que conectam a História da Educação à interseccionalidade. Esse contexto evidencia um desequilíbrio regional, resultado da concentração histórica de cursos, de recursos e instituições de pesquisa nas regiões Sul e Sudeste, em detrimento do fortalecimento da pós-graduação nas outras regiões do Brasil (Röpke; Monti, 2021).

Em relação à área, a maioria das produções identificadas com os descritores mencionados são oriundas de programas de Educação (56,25%), o que sinaliza a relevância do campo na integração e difusão da perspectiva interseccional, seguido dos PPGs vinculados à História (25%). Ainda vale ressaltar que a existência de teses e dissertações associadas aos programas interdisciplinares, Direitos Humanos e Políticas Públicas, Políticas Públicas e Desenvolvimento, e Estudos Étnicos e Africanos (18,75%), aponta para uma expansão tanto conceitual quanto epistemológica. Isso indica que a História da Educação e a interseccionalidade têm despontado como categorias analíticas com potencialidade de tensionar limites disciplinares e fomentar diálogos entre diferentes áreas.

Vale ressaltar, ainda, que as teses e dissertações não apresentam uma distinção nítida entre os trabalhos especificamente voltados à História da Educação e aqueles vinculados às linhas de Ensino nos programas de pós-graduação em História, tanto no formato acadêmico quanto nos programas profissionais em rede nacional, conhecidos como ProfHistória. Em outras

palavras, as fronteiras entre essas pesquisas mostram-se borradas, o que não parece ser uma exclusividade desse campo, mas um reflexo de uma perspectiva cada vez mais interdisciplinar da temática.

Vale ressaltar também que, no interior das três áreas, percebe-se uma dispersão da temática entre as instituições de ensino superior, caracterizada sobretudo pela ausência de concentração em programas e linhas de pesquisa, fato que reforça a tendência à multiplicidade de objetos investigativos. Com exceção do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), que apresenta dois trabalhos que articulam História da Educação e interseccionalidade na linha Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais, as demais teses e dissertações pertencem a linhas e programas distintos.

A não recorrência de pesquisadores orientadores e membros integrantes nas bancas de defesa de dissertações e teses, como indicam os dados na Plataforma Sucupira (Brasil, 2025c), permitem-nos interpretar que o debate sobre interseccionalidade nos trabalhos do escopo centrado na História da Educação ainda se encontra em processo de consolidação, sem a formação de núcleos formados por investigadores frequentes nas contribuições e avaliação dos trabalhos. Nesse contexto, destaca-se a linha Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais, da UEMG, na qual foi constatada mais de uma produção: a primeira em 2019 e a segunda em 2024.

Além disso, observamos que apenas duas produções provêm de IES privadas: uma tese na Universidade Tiradentes (UNIT/SE) e uma dissertação na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Em outras palavras, os resultados destacam o papel preponderante das universidades públicas na geração de conhecimento e no fortalecimento das perspectivas interseccionais no âmbito da História da Educação. Também é um reflexo da estrutura de base da produção científica e dos programas de pós-graduação no Brasil, que funcionam e são mantidos por IES federais e estaduais.

As teses e dissertações colocadas nas análises foram defendidas no período de 2019 a 2024; trata-se, portanto, de um crescimento recente da produção sobre a interseccionalidade no escopo da História da Educação (Tabela 2). Em 2022, houve o maior número de defesas, 8 estudos (50% do total de 16) em nível de pós-graduação *stricto sensu*, seguido de 2023, com 5

pesquisas (31,25% do total). Esse aumento significativo no número de defesas parece estar vinculado a fatores políticos, acadêmicos e de saúde pública.

Tabela 2 – Distribuição temporal das defesas de teses e dissertações sobre história da educação e interseccionalidade (2019–2024)

CATEGORIA	2019	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Teses	0	0	2	1	0	3
Dissertações	1	1	6	4	1	13
Total geral	1	1	8	5	1	16

Fonte: elaborada pelo autor e autoras a partir de dados coletados da Plataforma Sucupira/CAPES (Brasil, 2025c).

Em 2022, o cenário político e social foi relevante para os rumos acadêmicos e científicos. O ano em questão foi marcado por intensos debates públicos acerca de temas como diversidade, gênero, raça, regionalidade e direitos humanos, em um contexto que também definiu a Presidência da República. Essa conjuntura parece ter provocado os pesquisadores e programas de pós-graduação, em sua maioria vinculados a universidades federais no Brasil, a abordarem mais temas interseccionais, especialmente na Educação e na grande área das Humanidades em geral, em contraposição ao então governo vigente no país.

A saúde pública, em um cenário pós-pandemia, também integra essa situação. No ano de 2022, observou-se uma transição do período mais crítico da pandemia causada pela Covid-19 para uma fase de retomada gradual das atividades presenciais, incluindo a retomada das aulas. Deve-se considerar que a enfermidade foi mitigada, em parte, por meio da imunização em massa, que levou à redução das taxas de mortalidade. Muitos trabalhos que deveriam ser finalizados e defendidos durante o período de restrito isolamento social (2020-2021) somente foram concluídos em 2022 (Cavalcanti; Guerra, 2022), fato que também contribui para a explicação do crescimento no número de defesas nesse ano.

A permanência elevada do número de defesas em 2023, quando comparado com o período entre os anos 2019 e 2021, pode ser interpretada como resultado da consolidação do conceito de interseccionalidade no cenário acadêmico brasileiro. Nesse mesmo ano, observou-se um crescimento expressivo de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq (Gráfico 1), bem como a publicação de editais, como o Parfor Equidade, da Capes (2023), e outros do próprio CNPq, com prioridades temáticas voltadas à promoção da equidade e da diversidade. Portanto, entende-se que houve uma expansão conceitual da interseccionalidade nos campos da Educação, da História e nos programas de pós-graduação interdisciplinares, impulsionada

também pelas políticas públicas recentes de fomento à inclusão, à equidade e aos direitos humanos nas universidades brasileiras.

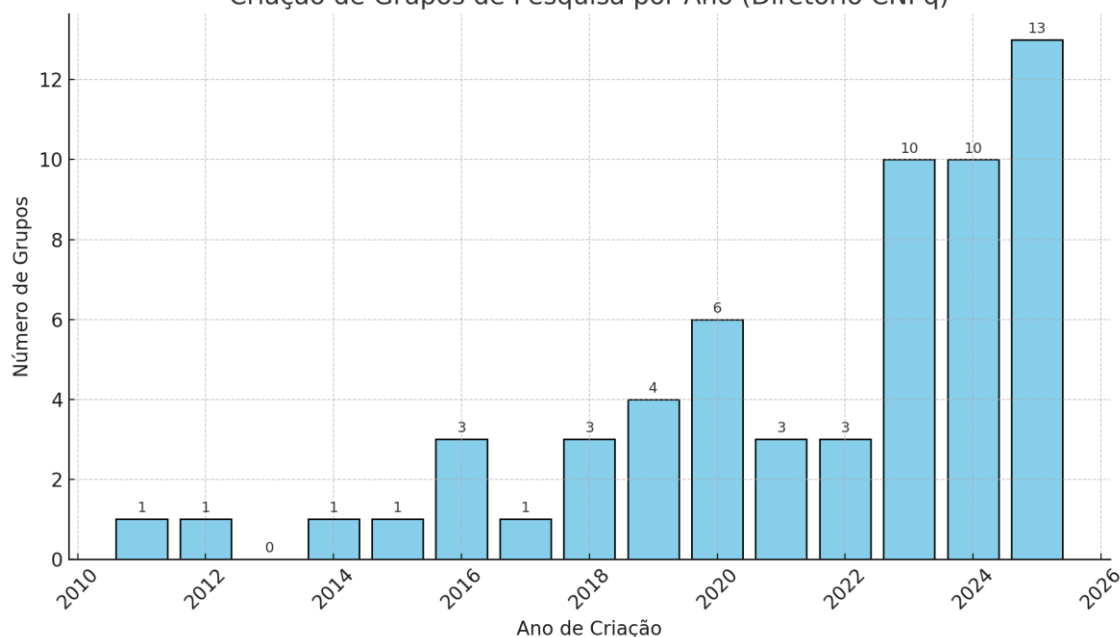
Conforme consulta ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (Brasil, 2025a), no dia 11 de outubro de 2025, foi possível identificar 17 coletivos de pesquisadores da área de Educação, 24,64% do total dos que assumem explicitamente a temática da interseccionalidade em seus nomes. O grupo mais antigo é o de Pesquisa em Multiculturalidade, Interseccionalidades e Formação de Professoras, vinculado ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), criado em 2016 e liderado pelas professoras Ana Paula Kuczmynda da Silveira e Vanessa Oechsler. Entretanto, o grupo mais antigo registrado no país com essa temática pertence à área de Serviço Social, ainda que contenha o termo *educação* em seu nome: o grupo de pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades, vinculado à Universidade Federal do Pampa (Unipampa), criado em 2011 e liderado por Simone Barros de Oliveira e Monique Soares Vieira.

Vale ressaltar o protagonismo das mulheres na proposta, criação e processo de consolidação dos grupos de pesquisa dedicados à interseccionalidade, tanto no primeiro grupo cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no país quanto naquele vinculado diretamente à área de Educação. Essa vocação destaca uma resposta, uma perspectiva crítica no confronto à desigualdade de gênero que atravessa esse campo acadêmico e científico.

Na produção das teses e dissertações localizadas com os descritores “História da Educação” e “Interseccionalidade”, essa disparidade entre autorias femininas e masculinas também é bastante significativa. Dos 16 estudos localizados, apenas 3 (18,75%) foram escritos por autores que se declaram nominalmente como pessoas do sexo masculino.

Percebemos, assim, que a liderança das mulheres no âmbito acadêmico pode ser considerada de avanço temático, haja vista a inserção da perspectiva interseccional nos âmbitos estruturantes da pesquisa em História da Educação. Trata-se de um contributo inicial, que tem gradualmente ampliado os espaços e as discussões sobre gênero, raça, classe, sexualidade, regionalidade e outros marcadores sociais da diferença.

Gráfico 1 – Cronologia da criação dos grupos de pesquisa sobre interseccionalidade no Brasil
Criação de Grupos de Pesquisa por Ano (Diretório CNPq)



Fonte: elaborado pelo autor e autoras a partir de dados coletados do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (Brasil, 2025a).

Foram as mulheres do estado do Rio Grande do Sul que cadastraram o primeiro coletivo de pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, na área de Serviço Social, como já mencionado. Entre os anos de 2011 e 2015, manteve-se a média de 0,8 novos grupos cadastrados por ano, pois em 2013 não houve registro. Em outras palavras, percebe-se um período em que o conceito começa a conquistar espaços de maneira institucionalizada na pesquisa do país, ainda que de maneira tímida: 5,79% do total de registros até 2025.

Em 2012 há o registro de criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades (GESECS), formado por antropólogos da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Em seguida, no ano de 2014, o Messalinas e Candaces: Grupo de Estudos sobre Gênero e Interseccionalidade na Antiguidade e na Atualidade, formado por historiadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e, em 2015, o Gênero e Interseccionalidades na Comunicação (GENI), no âmbito do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Os quatro primeiros grupos desses cinco primeiros anos foram idealizados por mulheres e por elas seguem liderados. Nesse período, na área da Educação, não localizamos registros de

iniciativas formais em nível nacional no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, que faz parte do sistema do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Entre 2016 e 2021, observa-se um crescimento constante no número de registros no diretório, com 19 novos grupos criados, o que representa aproximadamente 28% do total. Esse período inclui a criação do primeiro grupo na área de Educação (2016), no mesmo ano em que surgiu o na Linguística, seguido pelas áreas de Saúde Coletiva (2017), Sociologia (2018), Direito (2019), Psicologia (2020) e Turismo (2021).

Entre 2016 e 2021, a Educação torna-se a área com mais coletivos de pesquisadores, com 5 novos grupos, correspondendo a cerca de 26,3% das criações nesse período (Quadro 1). Esse crescimento acompanha o fortalecimento dos debates sobre gênero, raça e diversidade nas políticas públicas e no ensino superior, refletindo o acolhimento da interseccionalidade no campo educacional e sua incorporação crescente no conceito e temática na pesquisa da área.

Quadro 1 – Cronologia da criação dos grupos de pesquisa sobre interseccionalidade na área de Educação entre 2016 e 2021

ANO	NOME DO GRUPO	INSTITUIÇÃO
2016	Grupo de Pesquisas em Multiculturalidade, Interseccionalidades e Formação de Professores	IFSC
2019	Grupo de Estudo e Pesquisa Educação, Gêneros, Feminismos e Interseccionalidade	UFPA
2020	ComGênero: Interseccionalidades com Educação, Saúde e Direitos Humanos	UNILASALLE
2020	Interseccionalidades, Saberes e Práticas na Educação Básica - INSPRE	UFU
2021	Núcleo de Estudos Críticos em Trabalho, Educação e Interseccionalidades - NECTI	IFBA

Fonte: elaborado pelo autor e autoras a partir de dados coletados do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (Brasil, 2025a).

De 2022 ao mês de outubro de 2025, há uma ampliação expressiva, que dobrou o número de grupos: 51% dos atualmente listados. Nesses anos, ainda houve a entrada de novas áreas, tais como Enfermagem, Artes, Museologia, Administração, Zoologia e Demografia, esta última registrada por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), primeira instituição de pesquisa, e não de ensino superior, a institucionalizar um grupo sobre interseccionalidade.

Essa expansão também reflete as perspectivas dos pesquisadores após a pandemia, com a inserção de historiadores da educação brasileiros nas redes internacionais de pesquisa financiada, como o projeto *Educação e direitos humanos: gênero, equidade e interseccionalidade (Brasil e México)*, custeado por meio da Chamada Pública MCTI/CNPQ Nº 16/2024: Projeto em

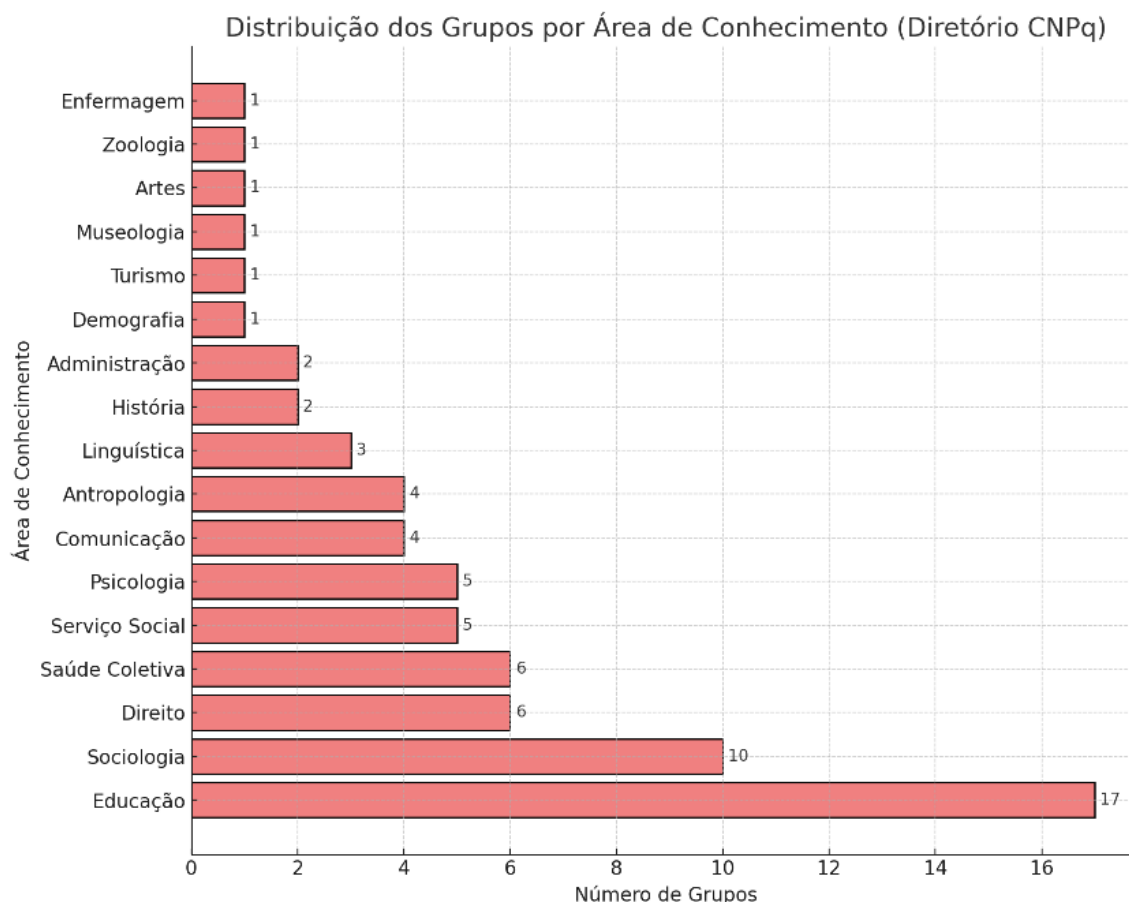
cooperação. A proposta foi coordenada e desenvolvida por historiadores da educação brasileiros, de instituições do Sudeste e do Nordeste, e mexicanos.

Em outras palavras, constata-se a existência de algumas políticas públicas e mecanismos de fomento voltados à promoção da equidade nas universidades, centros de pesquisa e agências de apoio científico, contribuindo para o crescimento expressivo dos grupos de pesquisa, teses e dissertações voltados à interseccionalidade no país. Somente em 2025 foram registrados 13 novos grupos com foco no tema no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (Brasil, 2025a), correspondendo a 18,84% do total de 69 grupos. Esse número indica um pico de institucionalização da interseccionalidade no Brasil, bem como sua consolidação entre os temas emergentes nas agendas de pesquisa do século XXI, especialmente em articulação com parcerias internacionais latino-americanas, como a já mencionada com o México.

Em uma esfera macro, a Educação mantém-se como a área com maior protagonismo numérico em grupos de pesquisa: são 4.909, segundo dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (Brasil, 2025a), o que representa 11,5% do total de grupos de todas as áreas do país. Essa posição de liderança quantitativa na temática da interseccionalidade reforça sua relevância para o aprimoramento da reflexão crítica e emancipatória no cenário acadêmico brasileiro.

Em consonância com o panorama macro, em um âmbito mais específico do tema, a distribuição dos grupos de pesquisa em interseccionalidade no Brasil também evidencia que a Educação concentra o maior número de grupos (Gráfico 2). Dos 69 grupos identificados, 17 estão vinculados à área, correspondendo a 24,6% do total. Esse dado confirma a Educação no acolhimento e disseminação da perspectiva conceitual e analítica interseccional. Desde os primeiros registros, a Educação já figurava no nome do primeiro grupo, ainda que ele estivesse vinculado ao Serviço Social, o que reforça sua função de nuclear pesquisadores dedicados à análise das desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Gráfico 2 – Distribuição dos Grupos de Pesquisa sobre interseccionalidade pelas áreas de conhecimento do CNPQ entre 2011-2025



Fonte: elaborado pelo autor e autoras a partir de dados coletados do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (Brasil, 2025a).

É possível interpretar que esse protagonismo se deve à natureza crítica e socialmente engajada da Educação, cuja produção intelectual tem historicamente produzido lastros em temas relacionados à equidade, diversidade e justiça social. Como pode ser aferido nas teses e dissertações mapeadas, a interseccionalidade passou a ser pesquisada no escopo da História da Educação: na formação de professores, nos livros e manuais de História, e nas políticas educacionais. Nessa perspectiva, o conceito segue em apropriação e reinterpretação, articulando marcadores como gênero, raça, regionalidade, classe e sexualidade.

Dessa forma, destaca-se, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, a perspectiva transversal dos debates sobre interseccionalidade no Brasil, em que a Educação mobiliza o conceito como categoria analítica e formativa. Percebe-se que o campo fortalece sua posição e dinâmica, ao construir um pensamento educacional que envolve demandas históricas, considera a diversidade e impulsiona a transformação social. Nesse cenário, a

interseccionalidade na Educação deixa de ser apenas um tema de pesquisa, o que leva à seguinte problematização: como estão constituídas as pesquisas interseccionais na História da Educação?

Um terreno fértil para a História da Educação: temáticas, marcos temporais e metodologias

Ao refletirmos sobre a interseccionalidade na História da Educação, é importante reconhecer que os pesquisadores brasileiros desse campo já produziam estudos que articulavam classe, raça, regionalidade, gênero, sexualidade e outros marcadores antes mesmo de o conceito se consolidar e passar a nomear, de forma mais explícita, essas conexões entre desigualdades.

Nesse campo, há teses e dissertações que abordam as intersecções sem mencionar o conceito, como a pesquisa de Márcia Pereira de Oliveira, intitulada *Representações polifônicas: entre migrações, formação e militância do barítono Raimundo Pereira (1978–2006)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, em nível de doutorado. No estudo, a autora defende que esse indivíduo foi um homem que mobilizou as migrações, a formação, as redes de sociabilidade, a arte, a militância e as escritas de si como táticas para enfrentar preconceitos, resistir ao próprio apagamento e permanecer nos palcos até os últimos momentos de sua vida. O cantor de ópera, negro, nordestino, natural do estado do Piauí, marcou o campo musical piauiense e a cena *gay* do Rio de Janeiro como artista e militante pelos direitos homossexuais durante a pandemia da Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS) (Oliveira, 2024). Logo, o estudo, mesmo sem assumir, trata de intersecções de raça, sexualidade, regionalidade e os estigmas de quem conviveu com o HIV e morreu com AIDS.

Além disso, podemos constatar que, se aplicarmos a mesma técnica de busca empregada para mapear os trabalhos da História da Educação alinhados ao conceito de interseccionalidade na Plataforma Sucupira (Brasil, 2025c), isto é, a busca com os descritores “História da Educação” e “Interseccionalidade” digitados entre aspas, e substituímos o último termo por “raça”, localizamos, também em outubro de 2025, 93 produções defendidas entre 1987 e 2025; substituindo por “gênero”, 424 produções defendidas entre 1988 e 2025; por “classe social”, 34 (entre 1990 e 2023); e por “sexualidade”, 104 (entre 1990 e 2025), perfazendo 655 estudos na totalidade.

Portanto, é evidente que os pesquisadores do campo da História da Educação já realizavam investimentos em temáticas relativas à classe, raça, gênero, que são categorias que hoje compõem o núcleo das análises interseccionais, antes da consolidação conceitual do termo. Entretanto, o desequilíbrio quantitativo entre essas produções nos permite inferir que a questão de gênero é a mais recorrente, sobretudo nas abordagens relacionadas à história das mulheres, enquanto as questões de raça e classe social ainda aparecem de forma mais restrita.

Esses dados sinalizam que a interseccionalidade como conceito e dispositivo de análise pode fomentar e possibilitar novas tendências de pesquisa na História da Educação. A hierarquia quantitativa dos temas vinculados às questões de gênero indica que o campo, em alguma medida, está conectado com leituras históricas sobre gênero, que vêm progressivamente incorporando as pautas raciais, de sexualidade e de classe social, dimensões historicamente centrais para compreender a educação em um país tão desigual quanto o Brasil.

Do mesmo modo, trabalhos bastante complexos e densos, em que as interseccionalidades apareciam de forma mais difusa, como no estudo de Oliveira (2024), podem ser compreendidos com maior nitidez por meio das histórias de vida de sujeitos, das estratégias de resistência, do reconhecimento social e da consolidação artística e intelectual, fenômenos atravessados por marcadores como raça, gênero e classe. Assim, os temas interseccionais configuram-se como lentes que nos permitem contemplar, de maneira sistematicamente entrecruzada, assuntos antes consolidados de modo isolado. Além disso, seu potencial possibilita agregar outros marcadores, como regionalidade e sexualidade, que aparecem nos estudos em História da Educação, mas que muitas vezes não são ressaltados ou aprofundados.

Nos estudos localizados a partir da busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (Brasil, 2025c), nota-se que, em 50% deles (8 de um total de 16), o foco das análises recai sobre as mulheres negras na Educação em diferentes posições, tais como professoras efetivas ou aposentadas de escolas e universidades, ou ainda como alunas de cursos de graduação e de programas de pós-graduação. Essas pesquisas também ressaltam a presença diminuta, ou mesmo a ausência de suas biografias e do registro de suas contribuições nos manuais de História da Educação, nos livros didáticos de História da Educação Básica, bem como nos arquivos e patrimônios culturais.

Como consequência, percebe-se um contraste por meio da valorização dos coletivos de mulheres, presentes em todos os estudos analisados. Em 81,25% dos trabalhos (13 do total de

16), as pesquisas concentram-se em biografias individuais ou em grupos compostos exclusivamente por mulheres situadas em diferentes contextos educacionais, como universidades, escolas, zonas rurais e programas de pós-graduação. Nessa diversidade interseccional, também se destacam vivências geracionais, envolvendo professoras aposentadas e outras que atuaram na primeira metade do século XX. Nos demais 18,75% dos trabalhos (3 de 16), as mulheres aparecem como parte dos grupos pesquisados, embora não de forma exclusiva.

Todos os estudos aqui colocados em análise incluem mulheres e apenas três são realizados por pesquisadores homens: *O racismo estrutural e as suas consequências na representação da mulher negra no ensino de História* (Almeida, 2023); *Thanatos: tentativas de suicídio da juventude negra da rede de ensino público em Guapimirim* (Silva Junior, 2022), conduzido por um psicólogo negro, analisa o sofrimento da população negra, considerando as interfaces entre história de vida, raça, classe, gênero e saúde mental; e *Oportunidades desiguais e trajetórias excepcionais: percurso escolar de jovens negras e negros moradores na zona rural no ensino básico no Recôncavo da Bahia* (Lima, 2022), estudo que considera homens e mulheres negros do campo. Sendo assim, por um lado, as produções evidenciam que pesquisadores homens também podem reconhecer suas parcialidades e sensibilidades diante das desigualdades de gênero e raça. Por outro lado, apontam o pouco engajamento de pessoas do gênero masculino nas pesquisas sobre interseccionalidade.

Encontramos, também, outras distorções: apenas um trabalho aborda especificamente mulheres indígenas, e outro mulheres camponesas. Em outras palavras, ainda são poucos os trabalhos que ampliam o olhar para perspectivas raciais, como o de Costa (2023), que discute as opressões enfrentadas pelas mulheres indígenas, abarca gênero, racismo, necropolítica e desafios territoriais, além de analisar o corpo-território como espaço político, ambiental e de reexistência. Ainda, como o de Luccas (2023), um estudo sobre mulheres camponesas que articula as dimensões de raça e território, evidenciando a Educação do Campo como espaço de luta contra-hegemônica, ao reafirmar a interseccionalidade como lente para compreender dinâmicas sociais complexas.

Mesmo com os avanços supracitados, o debate de gênero ainda permanece fortemente centrado na questão das mulheres, sendo necessário ampliar as discussões para incluir as masculinidades negras, a diversidade sexual, a população LGBTQIAPN+, bem como refletir sobre o etarismo e os estigmas associados a pessoas com deficiência física, neurodivergentes ou

vivendo com vírus, como o HIV. Além disso, não foram encontrados trabalhos cujos objetos de estudo remontem ao século XIX ou anteriores, e apenas 3 que abordam o século XX.

Os metadados *título*, *resumo* e *palavras-chave* sinalizam que os trabalhos com delimitação temporal mais precisa são aqueles cujos objetos de pesquisa estão temporalmente situados no século XX, totalizando 18,75% dos estudos. Um segundo conjunto corresponde a pesquisas com recortes mais recentes, situadas no século XXI, entre os anos de 2010 e 2025, somando seis trabalhos (37,5%). Contudo, quase a metade das produções (7 trabalhos), 43,75%, não menciona delimitação temporal nos metadados analisados, o que indica uma abordagem mais aberta ou transversal em relação à cronologia.

Os trabalhos que têm uma delimitação temporal clara geralmente investigam períodos bem definidos do século XX. Na ordem cronológica, o estudo que cobre o período mais antigo intitula-se *Maria Nicolas: além do bê-a-bá — a trajetória profissional de uma professora normalista negra no Paraná (1906–1938)*, de Schuindt (2022). Em seguida, está a dissertação de Bica (2022), intitulada *Sociedade carbonífera, ensino de história e educação patrimonial: memória e esquecimento na compreensão das relações de classe, gênero e raça na cidade de Butiá (RS)*, que cobre o período entre 1936 e 1964. Por fim, o trabalho com a temporalidade mais recente é a tese de Luzinete Silva (2022), *As Irmãs Militão e a Escola Santa Terezinha em Senhor do Bonfim, Bahia: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola*, que cobre de 1950 a 1980.

As metodologias utilizadas nesses trabalhos baseiam-se predominantemente na abordagem qualitativa, articulando diferentes estratégias de pesquisa da História e da História da Educação. Observa-se o uso combinado de documentos escritos, iconográficos e orais, que são mobilizados na reflexão das experiências, trajetórias e contextos de professoras negras. As análises das memórias, narrativas e registros pessoais são centrais, nas quais se destaca o emprego da história oral como instrumento de escuta das vozes de ex-alunos dessas professoras. Além disso, os estudos recorrem à documentação oficial e institucional, tais como: relatórios, legislações, registros escolares e publicações da época.

Constata-se, ainda, que os trabalhos com delimitação temporal objetiva foram orientados por pesquisadores com formação e trajetória consolidada no campo da História da Educação e do Ensino de História. Dois desses orientadores atuam em programas de pós-graduação em Educação que possuem linhas voltadas à pesquisa histórica e à formação docente, além de

integrarem a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). O terceiro orientador está vinculado a programas de pós-graduação em História e em Ensino de História, o que reforça a presença dessa área como eixo estruturante na definição dos recortes temporais e na condução metodológica das pesquisas analisadas.

Os trabalhos com recorte no século XXI, entre os anos 2000 e 2025, e as investigações que não situam o trabalho em relação ao tempo se aproximam da perspectiva da *história do tempo presente*, uma vertente historiográfica que analisa rupturas e permanências do passado no presente, tendo como foco a contemporaneidade e compreendendo que o vivido coexiste e influencia o agora (Ferreira, 2012). Nessa mesma direção, alguns textos fazem uso do conceito de *Antropoceno*, originalmente empregado para classificar períodos geológicos, mas que também assume caráter político e filosófico, mobilização que ressalta a responsabilidade das áreas das Humanidades frente às crises ambientais, sociais e éticas que marcam o presente. Esse conceito fomenta reflexões sobre sustentabilidade, justiça social e ambiental, bem como sobre os limites do atual modelo de desenvolvimento (Delanty, 2018).

As metodologias adotadas nas pesquisas são majoritariamente com ênfase no uso de entrevistas narrativas e semiestruturadas. Em alguns casos, contudo, os parâmetros aplicados e os referenciais metodológicos que orientam essas técnicas não são explicitados. De modo geral, os autores articulam narrativas e memórias escritas de mulheres, incluindo documentos orais com trechos significativos transcritos no corpo do texto; 6 apresentam o roteiro da entrevista em anexo; e em 4 trabalhos, a transcrição integral também é disponibilizada. Observa-se, ainda, o emprego de recursos digitais: aplicativos de gravação em dispositivos móveis nas entrevistas presenciais; e plataformas virtuais, como Google Meet e Zoom, para a realização das entrevistas remotas.

Considerações finais

Para além de um conceito, concluímos que a interseccionalidade é uma potente perspectiva de análise que pode contribuir para o alargamento dos modos de pensar os objetos no campo da História da Educação. A interseccionalidade não é concebida ou compreendida, portanto, como mera justaposição ou sobreposição de conceitos e categorias. De fato, o mapeamento das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação evidencia

uma escalada na incorporação do termo, como também sua ampliação para abranger questões como regionalidade e sexualidade.

Como horizonte de expectativas para o campo, entende-se que a interseccionalidade ainda possui amplo potencial de expansão na História da Educação no Brasil, tanto do ponto de vista temporal quanto espacial. No plano temporal, os estudos podem avançar para recortes anteriores ao já predominante tempo presente, alcançando o século XIX e mesmo períodos anteriores, de modo a investigar como marcadores como raça, gênero, classe, religião, territorialidade e condição social já atravessavam experiências educativas, formas de escolarização, práticas de instrução e processos de exclusão em diferentes contextos históricos.

O mapeamento realizado também evidencia a necessidade de ampliação das pesquisas para regiões e estados ainda pouco ou nada contemplados, como a região Norte. Dessa maneira, possibilitará incorporar problemáticas ligadas às vivências de povos indígenas, populações ribeirinhas, comunidades tradicionais e sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Tal movimento pode favorecer leituras mais complexas sobre os modos pelos quais desigualdades e diferenças se inscrevem historicamente nos processos educativos brasileiros, conjuntura que pode abrir novas trilhas investigativas para o campo. Assim, a interseccionalidade, mais do que uma chave analítica já consolidada, apresenta-se como uma agenda promissora de pesquisa, capaz de estimular novos objetos, novas escalas de análise e novas perguntas para a História da Educação.

Referências

ALMEIDA, Walcilene Moraes da Silva. *O racismo estrutural e as suas consequências na representação da mulher negra no ensino de História*. 2023. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458–463, 1995.

BICA, Allan Nunes. *Sociedade carbonífera, ensino de história e educação patrimonial: memória, e esquecimento na compreensão das relações de classe, gênero e raça na cidade de Butiá (RS) no período entre 1936 e 1964, através da construção de maquetes por alunos dos 6º e 7º anos do ensino fundamental*. 2022. 299 fls. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil* (DGP). Brasília, DF, 2025a. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *GeoCAPES: sistema de informações georreferenciadas da CAPES*. Brasília, DF, 2025b. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Sucupira: Catálogo de Teses e Dissertações – busca pelos descritores “História da Educação” e “Interseccionalidade”*. Brasília, DF: CAPES, 2025c. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2025.

CAVALCANTI, Maria Rodrigues Cavalcanti; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 30, n. 114, p. 73–93, 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. *Edital Conjunto nº 23/2023 – Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR EQUIDADE*. Processo nº 23038.005216/2023-34. Brasília, DF: CAPES, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/22092023_Edital_2239591_SEI_2232888_Edital_Conjunto_23_2023.pdf. Publicado em 22 set. 2023. Acesso em: 16 out. 2025.

COSTA, Caroline Machado. *Entre corpo-território e racismos: narrativas de mulheres indígenas vivendo em contextos urbanos na Grande Florianópolis (SC)*. 2023. 241 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2023.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1, n. 1, p. 139–167, 1989.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELANTY, Gerard. Os desafios da globalização e a imaginação cosmopolita: as implicações do Antropoceno. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 2, p. 373–388, mai. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183302004>. Acesso em: 16 out. 2025.

FERNANDES, Nogueira de Oliveira; FERNANDES, Stenio de Brito; PAIVA, Menezes de Paiva. A história da educação como campo de pesquisa no Brasil: uma historiografia da educação

brasileira. *EccoS – Revista Científica*, [S. l.], n. 64, p. e22717, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n64.22717>. Acesso em: 16 out. 2025.

FERREIRA, Marlucia de Menezes de. Entrevista com François Dosse. *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 64, p. 341–350, dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000200018>. Acesso em: 16 out. 2025.

FRICKER, Miranda. *Injustiça epistêmica: poder e ética do conhecimento*. São Paulo: Unesp, 2023.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LIMA, Luciméa Santo. *Oportunidades desiguais e trajetórias excepcionais: percurso escolar de jovens negras e negros moradores da zona rural na educação básica no Recôncavo da Bahia*. 2022. 158 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Estudos Afro-Orientais, Salvador, 2022.

LUCCAS, Livia Gomes de. *O inventário histórico-cultural como ferramenta didática e o protagonismo das minorias: a experiência e a história das mulheres camponesas no Centro Educacional do Programa de Assentamento do Distrito Federal – CED PAD DF*. 2023. 118 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Linha Educação Ambiental e Educação no Campo, Brasília, 2023.

OLIVEIRA, Márcia Pereira. de. *Representações polifônicas: entre migrações, formação e militância do barítono Raimundo Pereira (1978–2006)*. 2024. 196 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação Professor Mariano da Silva Neto, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024.

PERES, Eliane; BASTOS, Maria Helena Câmara. Associação Sul-Rio-Grandense de pesquisadores em História da Educação (ASPHE): a trajetória de uma rede de historiadores. *Educ. Rev.*, Belo Horizonte, n. 34, p. 221-227, dez. 2001. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982001000200015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 out. 2025.

RÖPKE, Camila Betina.; MONTI, Ednardo Monteiro Gonzaga. (Auto)biografia e educação musical: produção de teses em educação, história e música entre os anos de 2015 e 2019: UFPI. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, [S. l.], v. 6, n. 17, p. 207–223, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/rbpab/article/view/9278>. Acesso em: 16 out. 2025.

SCHUINDT, Silvana Mendes. *Maria Nicolas: além do bê-a-bá*. A trajetória profissional de uma normalista negra no Paraná (1906-1938). 2022. 279 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, Curitiba, 2022.

SILVA, Alexandra Lima da. O canto das aves negras: escrita e docência como sonho de liberdade para mulheres negras. *Teias* (Rio de Janeiro), v. 23, p. 27-40, 2022.

SILVA, Luzinete Moreira da. *As irmãs Militão e a Escola Santa Terezinha em Senhor do Bonfim, Bahia: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tiradentes, Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha Educação e Formação Docente, Aracaju, 2022.

SILVA JUNIOR, Valdemir Francisco da. *Thanatos: tentativas de suicídio da juventude negra da rede de ensino público em Guapimirim*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2022.

TRUTH, Sojourner. *E eu não sou uma mulher?* a narrativa de Sojourner Truth. Rio de Janeiro: Livros de Criação; Ímã Editorial, 2020. (Coleção Meia Azul).

SOBRE OS AUTORES

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação pelo ProPEd/UERJ; Professor do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEd/UFPI; Bolsista de Produtividade o CNPq.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1728209127429787>

Contribuição de autoria: conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, design da apresentação de dados e redação do manuscrito.

Alexandra Lima da Silva. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação pelo ProPEd/UERJ; onde também atua como docente permanente; Bolsista de Produtividade o CNPq.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3035434886894830>

Contribuição de autoria: conceitualização, análise formal, administração do projeto, design da apresentação de dados e redação do manuscrito original

Blanca Susana Vega Martínez. Doctora en Humanidades. Universidad Autónoma de Zacatecas (UAZ). Profesora investigadora en la Universidad Autónoma de San Luís Potosí (UASLP), San Luís Potosí, San Luís Potosí, México.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5715044363021265>

Contribuição de autoria: conceituação, validação, design da apresentação de dados e redação do manuscrito original

AUTODECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Declara-se que a ferramenta de Inteligência Artificial ChatGPT, desenvolvida pela OpenAI, foi utilizada exclusivamente para apoio em correções ortográficas, gramaticais e aprimoramentos pontuais de tradução neste manuscrito. Todo o conteúdo científico, incluindo concepção, análise, interpretação dos resultados e redação do texto, é de autoria e responsabilidade dos autores. As revisões fornecidas pela ferramenta foram revisadas, avaliadas criticamente e validadas pelos autores antes de sua incorporação ao trabalho. Declara-se, ainda, a conformidade com a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq e com as diretrizes do periódico para o uso de Inteligência Artificial, não havendo implicações éticas decorrentes de sua utilização, uma vez que a ferramenta não foi empregada para geração autônoma de conteúdo científico.

Recebido em: 20.11.25

Aceito em: 30.04.26

Publicado em: 19.06.26